



## SOCIEDADE

# Apelo para combater a violência de gênero

Lula e Poderes se unem para enfrentar o feminicídio. Apagão estatístico e demora na assistência às vítimas são desafios

» IAGO MAC CORD

Na última sexta-feira, Dia dos Namorados, o presidente Lula mandou um recado para os homens. Disse que para os maridos aproveitarem a data para darem demonstrações de afeto às esposas. Ao lado da primeira-dama, Janja da Silva, Lula defendeu a ideia de que é preciso expressar o amor para afastar o ódio no ambiente familiar.

A preocupação do presidente tem justificativa. O avanço persistente da violência de gênero no Brasil ganha contornos ainda mais graves, como revela o *Atlas da Violência 2026*, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A publicação acende um alerta sobre o

crescimento das Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVICI) no país, um “apagão estatístico” que funciona como uma camuflagem para milhares de homicídios ocultos e crimes de gênero.

De acordo com os cruzamentos metodológicos do relatório, caso essas mortes sem causa básica identificada pelo Estado fossem devidamente reclassificadas, o real volume de assassinatos e feminicídios no país revelaria uma estabilidade preocupante dentro dos lares, contrariando leituras oficiais mais otimistas e evidenciando a urgência de políticas públicas voltadas não apenas para conter a letalidade doméstica, mas para amparar as vítimas indiretas que ficam invisíveis após o crime.

A urgência desse cenário é reforçada pelos dados trazidos na



Letícia Mouhamad/CB/D.A.Press



Banco vermelho gigante em frente ao Sesi Lab, como símbolo de luta contra o feminicídio

pesquisa *Retratos dos Feminicídios no Brasil*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que registrou 1.468 vítimas de feminicídio no Brasil em 2025, um crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior. Desde a tipificação da lei em 2015, o país já soma pelo menos 13.703 mulheres assassinadas por sua condição de gênero, com uma inflexão

recente que rompeu a estabilidade observada entre 2022 e 2024.

A partir desse panorama estatístico, a coordenadora temática do Fórum, Juliana Brandão, argumenta que a persistência na subida desses indicadores rompe com a tese de que o fenômeno decorre apenas de melhorias nos canais de denúncia, revelando uma incapacidade

crônica do poder público em mapear e conter as agressões domésticas antes do desfecho letal.

“Esse crescimento que a gente observa ano a ano de forma persistente não é mais apenas uma melhora de notificação, é um aumento real da violência, o que mostra as limitações que o Estado brasileiro tem tido nas frentes

de prevenção e proteção”, explicou.

No ano retrasado, o estado do Acre apresentou a maior taxa de letalidade, com 3,2 casos por 100 mil mulheres, seguido por Rondônia (2,9) e Mato Grosso do Sul (2,7), enquanto São Paulo concentrou o maior volume absoluto, com 270 vítimas — 17,2% do total nacional.

A conexão com a realidade estatística se torna ainda mais profunda ao analisar o perfil socioeconômico das vítimas, que revela que o feminicídio atinge majoritariamente mulheres em plena idade produtiva e reprodutiva: 50% das vítimas tinham entre 30 e 49 anos, faixa etária em que muitas são as principais responsáveis pelo sustento e cuidado dos filhos.

O ambiente doméstico permanece historicamente o mais perigoso para as mulheres, com os homicídios em residências respondendo por mais de 35% dos óbitos. Estatísticas consolidadas apontam que cerca de 66,3% dos feminicídios ocorrem dentro da casa da vítima, sendo que em 59,4% dos casos o autor é o atual companheiro e em 21,3% o ex-companheiro.

## Por uma mudança estrutural

Para Juliana Brandão, o crescimento da violência intrafamiliar expõe a urgência de uma mudança estrutural na rede de proteção às vítimas. Na visão da especialista, as forças de segurança falham ao tentar lidar com a violência de gênero sob a mesma ótica da criminalidade comum das ruas. “A violência urbana responde a certas dinâmicas de policiamento, mas o feminicídio acontece dentro de casa. Quando a letalidade doméstica aumenta, significa que o Estado falhou em interromper trajetórias de violência que muitas vezes ele já tinha conhecimento”, afirmou a especialista.

Dados do FBSP indicam que cidades com até 20 mil habitantes registram taxas de feminicídios de 1,8 por 100 mil, um índice 28,5% superior à média nacional, mas mais de 70% desses municípios não possuem nenhum serviço especializado de atendimento à mulher.

Juliana Brandão complementa o alerta sobre a interiorização do problema destacando que metade das mortes violentas de mulheres aconteceu em localidades de pequeno e médio porte. Os recortes do Atlas corroboram a gravidade da violência nos municípios de médio porte (entre 100 mil e 500 mil habitantes), que já superam as grandes metrópoles em taxas de letalidade estimada.

Na esfera federal, a Defensoria Pública da União (DPU) enfrenta um desafio similar de capilaridade, estando presente em apenas

30% das unidades judiciárias federais. Essa lacuna institucional descumpra a meta da Emenda Constitucional n° 80/2014.

Ao *Correio*, a defensora pública-geral federal, Tarcijany Linhares, endossou as preocupações sobre o impacto das barreiras geográficas no acesso à Justiça, classificando o atual déficit de atendimento da instituição como uma “omissão inconstitucional”.

Para ela, a expansão da DPU rumo ao interior não é uma mera meta de gestão, mas sim o pagamento de uma “dívida constitucional”. “As soluções e respostas frutos da criatividade e ampla disponibilidade e prontidão da DPU e seus quadros não podem servir como justificativa para mantê-la cronicamente subfinanciada e ausente de 70% do território.

A Emenda Constitucional 80 já estabeleceu que a Defensoria deve cobrir o país inteiro. Cabe ao STF analisar se, diante do estado de coisas inconstitucional em relação à presença da DPU em todas as unidades jurisdicionais, as medidas de austeridade vigentes devem reger também essa ampliação da DPU”, enfatizou, vinculando a sustentabilidade da instituição ao debate da ADI 7792 no Supremo.

### Amparo aos órfãos

Como resposta a essa realidade de desamparo daqueles que perdem a mãe dentro do próprio lar, o Poder Judiciário e a DPU estruturaram um

mecanismo para mitigar a vulnerabilidade social dos dependentes. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Defensoria Pública da União formalizaram um memorando de entendimento voltado à proteção integral de crianças e adolescentes órfãos do feminicídio. O acordo estabelece um fluxo nacional para garantir que esses jovens tenham acesso à pensão especial instituída pela Lei n° 14.717/2023.

O mecanismo, defendido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Edson Fachin, determina que tribunais do júri, juizados de violência doméstica e varas da infância comuniquem de ofício às defensorias a existência de dependentes menores sempre que um crime de feminicídio for registrado, viabilizando a regularização da representação legal e o suporte financeiro ágil para as vítimas que, até então, permaneciam “invisíveis” ao sistema de Justiça.

Para dar efetividade à assistência do Estado e garantir que a pensão especial chegue onde não há um defensor físico, Tarcijany Linhares ressaltou que a DPU atuará preferencialmente de forma extrajudicial junto ao INSS para destravar a burocracia, além de mobilizar canais tecnológicos para absorver as notificações dos juízes de forma imediata.

“Para quem mora a 400 quilômetros de uma cidade com defensor federal, a ausência da DPU significa que o direito existe no papel e não existe na vida”, destacou. (IMC)

Reprodução/EPTV



### Rope jumping fatal

A Polícia Militar prendeu seis pessoas pela morte de Maria Eduarda Rodrigues de Freitas, de 21 anos, durante atividade de rope jumping, conforme informou a prefeitura de Limeira (SP) em comunicado oficial. A jovem foi lançada de uma altura de 40m sem que a corda estivesse devidamente presa ao corpo. O momento em que ela é jogada da Ponte do Esqueleto foi registrado em vídeo que se espalhou pelas redes sociais. Os instrutores que aparecem nas imagens usam camisas com os nomes das empresas Entre Cordas e lh Voei. A reportagem tentou contato com as duas, mas não teve resposta até a publicação deste texto. Em perfis nas redes sociais, os instrutores registravam vários saltos de rope jumping, inclusive com crianças. Em dezembro de 2025, o salto com a Entre Cordas custava R\$ 130.

# ADEMI DF

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário



Brasília-DF, 14/06/2026

## Mercado imobiliário performa em todo o DF e empresas esperam licitações do Setor Habitacional Jóquei Clube

O mercado imobiliário do Distrito Federal teve desempenho positivo no primeiro quadrimestre de 2026 e a expectativa de incorporadoras e construtoras é manter a boa performance pela comercialização das unidades disponíveis e pelo início de novas frentes de negócio, como a implantação do Setor Habitacional Jóquei Clube. De janeiro a abril, foi registrada a venda de 1.597 unidades novas, atendendo a todas as faixas de renda, maior volume de comercialização desde 2021 para o mesmo período.

Nesse intervalo, foram lançadas 642 unidades e registrado um Índice de Velocidade de Vendas (IVV) médio de 6,6%, maior valor na comparação para o período desde 2022. O aquecimento das vendas levou à redução na oferta de unidades novas, com um total acumulado de 5.831 imóveis. Dados da ADEMI DF mostram que o crescimento de vendas e lançamentos, combinado à redução do estoque, demonstra a maturidade do segmento, com demanda coe-

rente com o cenário de déficit habitacional do Distrito Federal.

Noroeste, Planaltina, Ceilândia e Samambaia são as regiões que registraram maior volume de vendas no primeiro quadrimestre, sinalizando o potencial de expansão do mercado. No Distrito Federal, as unidades residenciais dessas regiões atraem investidores e moradores devido à infraestrutura completa, localização estratégica e facilidade de acesso ao transporte coletivo, como o metrô, assim como diferenciais de sustentabilidade e alto padrão de acabamento.

Incorporadoras e construtoras estão com os olhos voltados para a implantação do Setor Habitacional Jóquei Clube. Doado pela ADEMI DF, o projeto urbanístico já está em fase de registro em cartório pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), etapa essencial para sua implementação. A oferta de moradia regular é estratégica para o desenvolvimento do DF.